



OBS.: Sr. Licitante, solicitamos a gentileza de na véspera do certame, entrar no site da Prefeitura municipal: www.sjvriopreto.rj.gov.br, no menu "licitação", mesmo local aonde foi retirado o referido edital, para que seja observado se não houve nenhuma alteração, cancelamento ou suspensão do presente certame.

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO

Nº 005/2020 – Tipo presencial

DATA DA ABERTURA: 03 de março de 2020

HORÁRIO: 14:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125, 3º andar, no prédio da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Shopping Estação.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO, através de seu Pregoeiro, nomeado através da Portaria G.P. nº 12 de 06 de janeiro de 2020, de conformidade com os processos administrativos nº 007671/2019, comunica aos interessados que irá realizar **PREGÃO do tipo menor preço global, para Pronta contratação**, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto deste PREGÃO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, ABRANGENDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, LOCALIZAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE VEÍCULOS, MONITORAMENTO 24 HORAS PELO SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL (GPS), ININTERRUPTAMENTE E O DISPOSITIVO EMERGENCIAL POPULARMENTE CONHECIDO COMO "BOTÃO DO PÂNICO" PARA CONTROLE E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS I, II, III, IV, V E VI DO REFERIDO EDITAL.

1.2 - Fazem parte o Anexo I (RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO - preço máximo: não poderá ser ultrapassado. O Anexo I indica um limite máximo a ser observado pelos licitantes na formulação de suas propostas, de forma que aquelas ofertas com valor superior deverão ser desclassificadas).

II- CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1 – As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados, respectivamente, a "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**" contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.2 - A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

2.3 – Somente poderão participar deste pregão as empresas que:



- 2.3.1** - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;
2.3.2 - Comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

2.4 - Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

- 2.4.1** - Suspensas temporariamente nos termos da legislação vigente;
2.4.2 - Já incursos na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
2.4.3 - Em consórcio ou grupo de empresas;
2.4.4 - Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;
2.4.5 - Empresa e/ou empresário, no que couber, que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
2.4.6 - Sociedade estrangeira que não funcione no país;
2.4.7 - Empresa e/ou empresário com o direito de contratar com a Administração Pública suspenso ou por estar declarada inidônea;
2.4.8 - Empresa e/ou empresário que esteja cumprindo penalidade que impeça de participar de licitação junto à Administração Pública;
2.4.9 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua constituição;
2.4.10 - Que possua participação direta ou indireta de sócio, dirigente, diretor ou responsável ou seu proprietário tenha vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto;
2.4.11 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.5 - A participação neste Pregão importa à proponente na total, irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

ATENÇÃO LICITANTE

III- DO CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES):

3.1- O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos representantes das licitantes neste Pregão.

3.1.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos que serão anexados ao processo licitatório:

- A.** Tratando-se de representante legal, o Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (cópia autenticada ou original e cópia para ser autenticada pela comissão);
- B.** Tratando-se de procurador, além do documento acima (letra A) munido do original de sua carteira de identidade, ou de outra equivalência, juntamente deverá apresentar o instrumento de procuração público ou particular com firma do outorgante reconhecida



por autenticidade do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados, que comprove os poderes do mandante para a outorga **(Esta deverá ser apresentada com firma reconhecida em cartório competente);**

- C. No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.
- D. Declaração de pleno atendimento (modelo no anexo II do edital);
- E. **Como condição para participação do pregão, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual deverá apresentar, fora dos envelopes, declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, (ANEXO VI do edital).**

3.2 – O credenciado só poderá representar uma empresa.

3.3 – O representante terá que ter poderes de assinar a ata de registro de preços a ser lavrada após a sessão, e que entrará em vigor imediatamente após a homologação do certame

3.4 - As Empresas que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas no item 3.1.1, acima, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso e dar lances, porem poderão participar como observadores, tendo sua proposta valida, caso não seja coberta os valores por ele apresentados.

IV- APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO:

4.1- No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, sendo:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.1- Os envelopes deverão estar subscritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa e número do **PREGÃO**;

4.1.2- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

4.1.3- Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, salvo por fato superveniente aceito pelo pregoeiro, devidamente registrado em ata.

4.2 - O **envelope nº 01** conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada nos moldes do anexo III (disponível no site: AC_LICITACAO_PR_05_2020. **OBS: Ler MANUAL BETHA AUTO COTAÇÃO**), conforme regra abaixo:

- A. Preço unitário, já inclusas todas as despesas com manutenção corretiva e preventiva, mão-de-obra, fornecimento, instalação, coleta de dados, treinamento, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

- B. Deverá o licitante preencher a proposta através do arquivo deste edital disponível no site, lida e elaborada exclusivamente através do aplicativo betha auto cotação, que após devidamente preenchida e gravada será salva **em pen drive**. Caso a proposta tenha sido elaborada em planilha diferente deste item, o licitante **será considerado desclassificado**
- C. Não sendo possível acessar os dados da proposta do licitante a partir do pen drive de que trata o item "B", desde de que a planilha esteja impressa conforme o sistema Betha disponibiliza, poderá o pregoeiro solicitar ao licitante que entre em contato com a empresa e essa envie no prazo de 30 (trinta) minutos a referida proposta via e-mail. Caso mesmo assim não seja possível acessar os dados da proposta da empresa, **o pregoeiro poderá suspender o certame para lançamento manual pelo período de horas ou dias que se fizer necessário, retornando o certame tão somente quando todas as propostas estiverem lançadas no sistema para início da fase de lances. Caso ocorra o fato em questão o pregoeiro lavrará uma ata e marcará uma data para retorno dos licitantes;**
- D. Depois de preenchido a planilha e gravado em pen drive, deverá o licitante imprimir uma cópia, assinar e colocar no envelope juntamente com o pen drive.
- E. **IMPORTANTÍSSIMO:** O licitante não poderá alterar a ordem dos itens, bem como as especificações, quantitativos, muito menos excluir ou incluir linhas ou itens da planilha em formato eletrônico.

4.2.1 - Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

4.2.2 - A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente:

4.2.2.1 - Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Município informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

4.2.2.2 - Assumirá integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto licitado, caso seja vencedora da licitação;

4.2.2.3 - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

4.2.2.4 - No caso excepcional, a critério da pregoeira, de a sessão do pregão ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, tais como ultrapassar o horário de expediente desta prefeitura (17h), realizar diligências (Art. 43, VI, § 3o) poderá, a sessão ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases. Os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

4.3- O **envelope nº 02** deverá conter a documentação, em conformidade com o previsto a seguir:

4.3.1 - DA REGULARIDADE FISCAL

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- B. Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND) (art. 29, inciso IV da Lei n 8.666/93);
- C. Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29, inciso IV da lei nº 8.666/93);
- D. Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);



- E. A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(No caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**

4.3.2 - DA REGULARIDADE TRABALHISTA

- A. CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

4.3.3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- A. Atestado de capacidade técnica, comprovando a execução de atividades pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos desta licitação, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo, necessariamente, a especificação dos serviços realizados, o quantitativo e o prazo de execução.

4.3.4 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

- A. Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

4.3.5 - DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- A. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.
- B. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- C. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.3.6 – DA HABILITAÇÃO JURIDICA

- A. Certidão negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica. **A certidão deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes.**

4.3.7 - OUTROS DOCUMENTOS

- A. Documento informando: telefone e endereço de E-MAIL, bem como NOME DO RESPONSÁVEL pela assinatura da ATA do pregão.



- B. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

4.4- Os documentos necessários a habilitação e ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial (artigo 32 da Lei 8.666/93.)

4.4.1- Em se tratando de instrumento de procuração, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida em cartório competente;

4.5- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

4.6 - Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória a apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas, por um dos funcionários da Diretoria de Administração.

4.7 – Não serão admitidos atrasos, inclusive por motivo de autenticação de documentos.

V- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

5.1- A presente licitação é do tipo **menor preço global**, sendo que o julgamento das propostas será realizado de conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado

5.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas, sendo feita sua conferência e posterior rubrica, pelos servidores designados;

5.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos;

5.4- No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor (Inciso VIII, Art. 4º da lei 10.520);

5.5- Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos de valores distintos e decrescentes sempre sobre o menor valor (lance), a partir do autor da proposta classificada de maior valor, e os demais;

5.6- Será vencedora aquela que ofertar o menor valor unitário objeto da presente licitação;

5.7- Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público;

5.8- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constante, deste Edital;

5.9- Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste Edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de menor preço unitário;

5.10- O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito;

5.11- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado;

5.12- Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;

5.13- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável;

5.14- Não será admitida desistência dos lances ofertados e nem retratação após o registro pelo pregoeiro sujeitando-se a proponente desistente às sanções administrativas constante deste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

5.15- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados as Ocorrências relevantes e que, ao final será assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, assim como pelos representantes proponentes presentes;

5.16- Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a Proposta será desclassificada.

5.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

VI - DOS RECURSOS:

6.1 - Dos atos praticados pelo pregoeiro, decorrente da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal nº 10.520/02;

6.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra razões em igual número de dias;

6.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

6.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

6.5 - Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria de Administração;

6.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02;

6.7 - Os recursos interpostos, somente serão acolhidos nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, nesta Prefeitura.

VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

7.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

7.1.2 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

7.2 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

7.3 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

7.6 – Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

7.6.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

7.6.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

VIII - DO PREÇO:

8.1 - O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

8.2 - Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado;

8.3 - O preço a ser pago à detentora da ata será o vigente na data da ordem de fornecimento independentemente da data de entrega do material/serviço;

8.4 - Não haverá reajuste de preço;

8.5 - Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer o novo valor;

IX - DO FORNECIMENTO e RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 – As instalações serão solicitadas pelas Secretarias, deveram serem efetuadas em São José do Vale do Rio Preto, em local a serem indicados pelas Secretarias e o tempo máximo previsto para instalação em cada veículo é de 01 (uma) hora.

9.2 - O recebimento provisório do objeto será efetuado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis e nos termos do art. 73, inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3 - O recebimento definitivo do objeto será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência Anexo V do edital.

9.4 – Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

9.5 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

9.6 - O aceite/aprovação dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

9.7 - Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

X - DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1- Os pagamentos serão efetuados a licitante contratada pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, devendo as faturas serem apresentadas no Protocolo Geral do Município com toda a



documentação necessária para efetivação do pagamento de acordo com as formalidades legais e contratuais previstas;

10.2- Quando o objeto da licitação for serviço, no momento do pagamento, serão descontados os seguintes valores:

10.2.1 – INSS: 11% (onze por cento);

10.2.2 – Imposto Sobre Serviço (I.S.S.): 2% (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) e

10.2.3 – Imposto de Renda: 1,5% (um e meio por cento)

10.3 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1- É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

11.2 – Fica assegurada o pregoeiro o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

11.3- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

11.4- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

11.5- Após a apresentação da Proposta não cabe desistência da mesma salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceite do Pregoeiro;

11.6- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro ao contrário;

11.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;

11.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;

11.9- Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, ficando a decisão a critério da Comissão de Licitação.

11.10- Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro;

11.11- Aos casos omissos aplicar-se-á as disposições das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 1239/03 e 1738/07.

11.12- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

11.13 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.



11.14- O foro da Cidade de São Jose do Vale do Rio Preto, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

XII - ANEXOS:

12.1- Anexo I (Valor do objeto);

12.2- Anexo II (Modelo de declaração de pleno atendimento);

12.3- Anexo III (Proposta – disponível no site, juntamente com os anexos I e o Edital, deveser apenas preenchido e salvo em PEN-DRIVE, conforme regras estabelecidas no item 4.2 do referido Edital);

12.4- Anexo IV (Termo de referência);

12.5- Anexo V (Minuta de Contrato);

12.6- Anexo VI (Modelo de declaração de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte).

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Os recursos orçamentários para o pagamento do objeto contratado correrão à conta da dotação no orçamento – programa de trabalho das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Jose do Vale do Rio Preto.

13.1.1- Reserva Orçamentária nºs.:

A- 01/2020 – PROJETO/ATIVIDADE: 2.034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECVRETARIA DA SAÚDE – ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0004 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **14/2020** – PROJETO/ATIVIDADE: 2.035 MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARTIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0007 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA e **13/2020** – PROJETO/ATIVIDADE: 2.044 MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL – ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0002 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

B- Valor total estimado da licitação R\$ 37.189,08 (Trinta e sete mil e cento e oitenta e nove reais e oito centavos).

XIV - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

14.1 - Os interessados poderão adquirir o Edital, na sala de licitações / Comissão Municipal de pregão, na Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125, 3º andar, no prédio da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Shopping Estação, ou diretamente no site www.sjvriopreto.rj.gov.br.

14.2 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser feitas através da linha telefônica (24) 2224 1552 ou no endereço informado no parágrafo anterior até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

14.3- Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão de pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

14.4 - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, sendo que no caso de impugnação deverá ser autuado até 2 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes de proposta e de 3 (três) dias úteis após o ato que o deu causa.

14.6 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento.

14.7 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial.

14.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

São Jose do Vale do Rio Preto, 12 de fevereiro de 2020.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
=Pregoeira=



ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO AO EDITAL**

À
Prefeitura de Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Edital de Pregão nº ____/20__

A empresa _____ (Razão Social da Licitante), CNPJ
_____ (número), sediada na Rua _____, nº
_____, Bairro/Cidade), DECLARA ao Município de
São Jose do vale do Rio Preto, sob as penas da Lei, que:

- a) Atende a todas as condições de habilitação no processo licitatório/administrativo em epígrafe, não existindo quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação;
- b) Não foi declarada inidônea, por ato do Poder Público (em âmbito Federal, Estadual ou Municipal), para licitar ou contratar com a Administração Pública,
- c) Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;
- d) Não possui em seus quadros funcionário ou sócio ocupante de cargo público (efetivo, comissionado) no Poder Executivo ou Legislativo do Município de São José do Vale do Rio Preto.
- e) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser expressão de verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.



ANEXO IV

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

O Termo de Referência tem por objeto a contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de rastreamento veicular, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos, a implantação de sistema de acompanhamento, localização, e imobilização automática de veículos, monitoramento 24 horas pelo sistema de posicionamento global (GPS), ininterruptamente, e o dispositivo emergencial popularmente conhecido como "botão do pânico", para controle e segurança dos veículos da frota da Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto/RJ, Conforme Anexo I deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A área do Município de São José do Vale do Rio Preto, da ordem de 220,4 km², e o número de veículos da Prefeitura indicam a necessidade de aprimorar o controle desta frota com informações em tempo real, permitindo que medidas imediatas de correção sejam tomadas no exato momento de sua ocorrência, tais como o estabelecimento de rotas e a correção de percurso, abrindo a possibilidade de aperfeiçoar nossa logística com mais agilidade e produtividade apenas com a otimização dos recursos existentes. Algumas vantagens da implantação do Sistema de Monitoramento de frotas:

- Melhoria na qualidade da prestação de serviços;
- Controle efetivo do uso dos veículos;
- Otimização da frota operacional e de manutenção;
- Redução dos custos de combustível e manutenção da frota;
- Identificação do Condutor.

Identificação do real condutor nas seguintes ocorrências: multas, reclamações de usuários via 136 (ouvidoria) ou pelo site da prefeitura deste município, excesso de velocidade, desvio de rotas, tempo de funcionamento e parada do veículo, etc. Proteção contra furtos/roubos dos veículos, possibilitando a localização dos mesmos.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas.

3. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos de diversas Secretarias Municipais.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

- 4.1 O sistema de rastreamento em tempo real deverá possibilitar o controle, habilitação do serviço de monitoramento e localização, com aplicações de segurança;
- 4.2 Um módulo eletrônico deverá ser homologado pela ANATEL deverá ser instalado nos veículos indicados pela Secretaria Municipal Administração;
- 4.3 A Secretaria Municipal de Administração poderá solicitar acesso ao banco de dados da CONTRATADA para integrar as informações de deslocamento dos veículos ao Sistema de Gestão de Serviços.
- 4.4 O módulo obtém as informações do GPS e envia a uma central através da rede de telefonia móvel GSM (Global System for Mobile Communications) pelo seu canal de dados GPRS (General Packet Radio Service). As informações poderão ser acessadas via internet, permitindo assim a visualização gráfica da trajetória do veículo em um sistema de mapas convencional ou em um sistema de imagens via satélite (Google Maps).
- 4.5 As informações também poderão ser utilizadas para gerar relatórios diários, mensais e anuais de tempos de percursos, distâncias percorridas, velocidades máximas e velocidades médias. Em regiões não cobertas por redes celulares GSM, o módulo deverá ser capaz de armazenar as informações para envio posterior quando retornar a uma área com cobertura GSM.
- 4.6 O sistema deverá dispor da função de cerca eletrônica, que permite monitorar se um veículo saiu de sua região de operação. Este perímetro de cerca eletrônica será configurável pelo usuário e permitirá a definição de áreas complexas (formas irregulares) e precisas.
- 4.7 A localização via Internet com acompanhamento do veículo em tempo real, deverá ser de 24 horas por dia, em todas as áreas do território brasileiro coberta pelas operadoras de telefonia móvel celular que utilizam o sistema GSM/GPRS.
- 4.8 O posicionamento será feito no máximo a cada 1(um) minuto, podendo ser configurado de acordo com a necessidade da operação, devendo contemplar no mínimo as seguintes funcionalidades: latitude, longitude, data, hora, velocidade, nome do condutor, sentido de deslocamento e status do veículo (desligado, em funcionamento, em alerta).
- 4.9 O navegador (interface Web) deverá permitir a visualização geral de todos os veículos monitorados ou a visualização detalhada de um determinado veículo em períodos específicos.
- 4.10 O sistema deverá prever a liberação de 05 senhas master, com a autorização para liberar senhas para acesso ilimitado para consultas e visualização.
- 4.11 O sistema deverá permitir a emissão/exportação dos seguintes relatórios: Deslocamento com visualização no mapa, Relatório Atividade do Veículo com localização e Intervalo de Parada, Relatório de Quilometragem, Relatório de Velocidade Excedida (Velocidade esta configurada no Sistema), Relatório de Posições, Mapa com Todos os Veículos, Relatório de Motor Ligado com Veículo Parado (ocioso) e Histórico de Rastreamento dos últimos 03(três) meses, disponível online e até um ano mediante solicitação junto à central.
- 4.12 Os arquivos dos relatórios deverão ser exportados para a extensão PDF, TXT, DOC ou XLS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

- 4.12 Os relatórios visualizados em tela ou exportados deverão informar além das coordenadas o nome dos logradouros a que se refere a coordenada.
- 4.13 O sistema deverá contemplar os seguintes recursos de TELEMETRIA: ultrapassagem de cerca eletrônica, freadas bruscas; excesso de velocidade com sinalização sonora no dentro do veículo; funcionamento ocioso; registro gráfico da velocidade durante toda a jornada; monitoramento e registro de velocidade em pontos específicos definidos pela Prefeitura; identificação do condutor através de dispositivo/crachá com tecnologia RFID ou qualquer outro dispositivo que não utilize bateria.
- 4.14 Cada veículo irá ter um módulo eletrônico que suporte o sistema conforme item 4.13 e a cada um deles será disponibilizado pela empresa 05 dispositivo/crachá por unidade instalada compatível com os demais módulos nos outros veículos, sem custo para a Prefeitura sendo diluído o valor pelo total das unidades.
- 4.15 Conforme item 4.14 cada veículo só irá permitir dar partida/ligar com a identificação do servidor através do dispositivo/crachá, cadastrado pela Prefeitura permitindo o servidor utilizar os veículos.
- 4.16 Os eventos do item 4.13 deverão ser informados através de e-mail previamente repassados pela Prefeitura através das Secretarias que utilizarão o serviço.
- 4.17 No caso das motocicletas o sistema deverá monitorar apenas localização, deslocamento, excesso de velocidade e deslocamento no mapa.
- 4.18 A assistência técnica deverá ser realizada por empresa ou representação local, sediada na cidade de São José do Vale do Rio Preto, credenciada pela contratada, sendo que o serviço deverá ser executado no prazo máximo de 12 horas após o recebimento da solicitação feita pela Prefeitura. Não será pago qualquer custo adicional pela assistência técnica.
- 4.19 A contratada deverá ter uma central com empregados para atendimento todos os dias do ano, através de sistema 0800 ou outro de cobrança de tarifa local.
- 4.20 Será exigida a manutenção preventiva constando de visitas mensais independente de chamado.
- 4.21 A identificação de equipamentos sem transmissão ou com algum tipo de falha deverá ser feito pela CONTRATADA e que deverá ser comunicada com a Secretaria Municipal de Administração através do e-mail: admlicitriopreto@gmail.com
- 4.22 Será descontado proporcionalmente da medição o tempo em que o equipamento ficou sem transmitir por motivo de defeito até a data de manutenção.
- 4.23 Se a CONTRATADA tiver algum custo para identificação do condutor no seu sistema deverá ser o valor rateado pela quantidade de veículos vezes o número de meses do contrato.
- 4.24 CONTRATADA deverá fornecer os dispositivos em sistema de comodato, e se faz necessário informar e comprovar através de nota fiscal o custo unitário do identificador para efeito de cobrança do servidor em caso de dano intencional do modulo ou dispositivo/crachá.
- 4.25 A instalação deverá ser efetuada em São José do Vale do Rio Preto, em local indicado pela Secretaria Municipal de Administração e o tempo máximo previsto para instalação em cada veículo é de 01 hora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

4.26 Os custos do equipamento, de instalação dos módulos e do software de Gerenciamento e Controle da Frota, deverão estar diluídos no valor da prestação do serviço e qualquer outro necessário para atender o serviço.

4.27 Durante a vigência do contrato, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, o número de veículos rastreados poderá ser reduzido, ampliado ou feita transferência em alguns veículos que poderão ser substituídos. Após o veículo ter o dispositivo eletrônico de rastreamento retirado, o histórico de posições deverá ser mantido a disposição da Prefeitura para efeitos de apurações futuras.

4.28 O prazo referente ao item 4.27 será de 12 meses.

4.29 Após o prazo concedido pela CONTRATADA para emissão dos relatórios ao final do contrato, a qualquer tempo, a Secretaria Municipal de Administração ou outra Secretaria por ela informada poderá solicitar relatórios de posição com identificação do condutor sem qualquer custo com os mesmo objetivos do item 4.27.

4.33 A CONTRATADA, por necessidade da Secretaria Municipal de Administração, deverá ministrar um treinamento de no mínimo 3 horas in company para os servidores indicados pela Prefeitura.

4.31 A Prefeitura disponibilizará todos os recursos áudio visuais para o treinamento do item 4.30.

4.32 Para a assinatura do contrato a vencedora do certame deverá fornecer uma senha provisória para comprovarmos através de testes as exigências deste termo de referência ou fazer uma apresentação do Sistema que será utilizado pela Prefeitura.

4.33 A contratada terá o prazo para instalação e treinamento do objeto deste termo de referência é de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

4.34 O sistema de rastreamento deverá permitir o gerenciamento da segurança e controle logísticos relacionados à utilização dos veículos e segurança de seus ocupantes, bem como permitir a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto a localização e acompanhamento em mapa dos veículos via internet em website seguro, por meio de senha e login específicos, o que deverá conter, também, um Painel de Controle com comandos de atuadores e sensores liberados na web para envio de comandos de bloqueio do veículo, alarme/sirene, e recebimento de acionador de pânico.

4.35 A CONTRATADA deverá instalar o aparelho GPS, acionador de dispositivo de emergência ("botão do pânico"), e dispor de apoio 24 horas da Central de Monitoramento.

4.36 A CONTRATADA deverá diluir ou se responsabilizar financeiramente pela troca de operadora, caso a CONTRATANTE apresentar problemas em relação ao monitoramento da frota, tendo em vista a sua cobertura neste município e demais destinos.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 Executar o Contrato fielmente, conforme definido no termo de referência;

5.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.



5.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

5.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato.

5.5 Cumprir os prazos previstos neste presente termo ou outros que venham a ser fixados pela Secretaria Municipal de Administração.

5.6 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Secretaria Municipal de Administração.

5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

5.8 Executar os serviços mediante emprego e mão-de-obra especializada, qualificada, treinada e em número suficiente para atender as especificações e prazos estabelecidos para a prestação dos serviços.

5.9 Executar os serviços com alta qualidade e nível técnico, observando as normas especiais e legislação em vigor para serviços desta natureza.

5.10 Garantir que os serviços a serem desenvolvidos serão apropriados, totais, completos e suficientes para obtenção das finalidades previstas, respeitada a adequada autonomia para o alcance de tais objetivos.

5.11 Guardar absoluto sigilo sobre toda e quaisquer informações a que tenha acesso em razão da prestação de serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se ainda pelo sigilo a ser observado por seus funcionários e prepostos em relação ao mesmo.

5.12 Fornecer todo o material necessário para o funcionamento pleno do serviço de monitoramento, quer seja, a localização GPS, botão do pânico, imobilizador do veículo, alarme/sirene, etc.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1 Emitir a Ordem de Serviço, indicando o início da execução dos serviços e do prazo contratual.

6.2 Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

6.3 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

6.4 Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com o Termo de Referência;

7. CONTROLE DA EXECUÇÃO



7.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

7.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4 Fica designado os seguintes servidores como fiscais do Contrato:

- Magno Faraco da Silva
- Cristiano Henrique Teixeira da Silva Junior
- Eluá Nogueira Torres de Andrade

8. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:

- 8.1.1 Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- 8.1.2 Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- 8.1.3 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- 8.1.4 Apresentar documentação falsa;
- 8.1.5 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 8.1.6 Não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- 8.1.7 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 8.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.9 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

8.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 8.1, conforme detalhado nos itens 8.1.1 ao 8.1.9.

8.3 – Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

8.3.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

8.3.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

8.4 - Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

8.4.1 Pela recusa em assinar a ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;

8.4.2 Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

8.4.3 Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

8.4.4 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

8.4.5 Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;

8.4.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

8.4.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.5- As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

8.6- O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

8.6.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

9. VIGÊNCIA

O prazo da vigência do contrato é pelo período de 12 (doze) meses podendo a critério da PMSJVRP, ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, por um período sucessivo de até 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo.

São José do Vale do Rio Preto (RJ), 19 de setembro de 2019.

CLÁUDIA DE CASTRO PACHECO
Secretária Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - RELAÇÃO DE VEÍCULOS

Secretaria de Saúde			
Nº	MODELO	PLACA	TIPO
01	VW/ Saveiro C S TL MB	KRL 8411	Camionete
02	FIAT/ DUCATO MC RONTANAMB	KVV 5151	Ambulância
03	PEUGEOT/ BOXER M350LH 23S	KWH 9847	Van
04	VW/ GOL TL MC	KWL 8395	Automóvel (Passeio)
05	NISSAN/ MARCH 16S	KWY 9426	Automóvel (Passeio)
06	PEUGEOT/ BOXER M350LH 23S	LRA 2640	Van
07	VW/ GOL TL MC	LRL 7028	Automóvel (Passeio)
08	VW/ GOL TL MC S	LRT 7093	Automóvel (Passeio)
09	NISSAN/ VERSA 16 SV	LSI 3339	Automóvel (Passeio)
10	VW/ GOL	LQL 4789	Automóvel (Passeio)
11	VW/GOL	KRY 6011	Automóvel (Passeio)
12	Saveiro	KOA 8158	Camionete
13	Renault Master	LMS2C22	Van
14	Renault Master	LMS4G89	Van
15	Mitsubishi L200 triton	-	Pick-up
16	Renault	KWY 9168	Furgoneta
17	Sprinter MB	LTJ 6236	Ambulância
18	Sprinter MB	KYY 5335	Ambulância
19	Ambulância/ Jumper Rontanamb	KWE 7131	Ambulância
20	Peugeot	LMT3J10	Furgoneta
21	Moto Honda CG 150	KWU 7759	Motocicleta

Gabinete do Prefeito						
Nº	FABRICANTE	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	PLACA	COMBUSTÍVEL	CHASSI
22	Toyota	Etios SD X VSC MT	2019/2020	LTU2B57	Álcool/Gasolina	9BRB29BT3L2247996
23	Toyota	Etios SD X VSC MT	2019/2020	LTU6F74	Álcool/Gasolina	9BRB29BT9L2249509

Secretaria de Meio Ambiente						
Nº	FABRICANTE	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	PLACA	COMBUSTÍVEL	CHASSI
24	Mercedes Benz	1718	2003/2003	KPH-1580	Diesel Comum	9BM693186CB842288
25	Mercedes Benz	1718	2003/2003	LLW-4164	Diesel Comum	9BM693186CB848009
26	Mercedes Benz	1718	2011/2012	LQQ4089	Diesel Comum	9BM693186CB847737
27	Mercedes Benz	1215-C	2011/2012	LOT-8005	Diesel Comum	9BM693862B313039
28	Mercedes Benz	Acello 815	2011/2012	KRY-9216	Diesel Comum	9BM979026GS032943
29	Mercedes Benz	Atron 1719	2003/2003	LSH-9358	Diesel Comum	9BM693186GB010524
30	Toyota	Etios 1.5	2019/2020	LTU3H93	Álcool/Gasolina	9BRB29BT4L2249305



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Secretaria de Educação			
Nº	MODELO	PLACA	ANO
31	Micro Iveco City Class 70C17	KPT2105	2013-2014
32	Micro Iveco City Class 70C17	KVY5929	2012
33	Micro Iveco City Class 70C17	LQX4684	2012
34	Micro Iveco City Class 70C17	LQR7686	2012
35	Micro Iveco City Class 70C17	KPJ5060	2012
36	Micro Agrale MascarelloGranmini	LLK4083	2010-2011
37	Micro Agrale MascarelloGranmini	LPZ6005	2010-2011
38	Micro Agrale MascarelloGranmini	LLK3954	2010-2011
39	Micro Agrale MascarelloGranmini	LPZ3784	2010-2011
40	Micro Agrale MascarelloGranmini	KVO3688	2010-2011
41	Ônibus Mercedes Bens Ciferal turquesa	KNS1532	2001
42	Ônibus Volkswagen EOD escolar HD	KYU4751	2010
43	Ônibus Volkswagen EOD escolar HD	LQZ8862	2013
44	Ônibus Volkswagen EOD escolar HD	EUL5258	2011
45	Micro Volkswagen NEO BUS MINI ESC	KRV4588	2016
46	Micro Volkswagen NEO BUS MINI ESC	LSY3624	2016
47	Passeio Volkswagen Voyage 1.6 TREND	KWH5011	2010
48	Passeio Volkswagen Voyage 1.6 L MBS	LTT-7G32	2018-2019
49	Camioneta Volkswagen Kombi	LRD6600	2013-2014
50	Camioneta Volkswagen Kombi	KWG8830	2013-2014
51	Camioneta Volkswagen Kombi	LTZ5204	2013-2014
52	Camioneta Volkswagen Kombi	LQX8378	2013-2014
53	Volkswagen EOD E.HD ORE	LMV9G28	2019-2020
54	Mercedes Benz CAIO LO 916. ORE	LMZ0H79	2019-2020
55	Renault Van minibus L3H2	LUK2D63	2019-2020
56	Renault Van minibus L3H2	LUR9C75	2019-2020
57	Renault Van minibus L3H2	LUR9C91	2019-2020



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXXXXX

CONTRATO Nº XXXX/20XX

CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, ABRANGENDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, LOCALIZAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE VEÍCULOS, MONITORAMENTO 24 HORAS PELO SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL (GPS), ININTERRUPTAMENTE E O DISPOSITIVO EMERGENCIAL POPULARMENTE CONHECIDO COMO "BOTÃO DO PÂNICO" PARA CONTROLE E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, E DO OUTRO COMO CONTRATADO A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

Aos xxxx dias do mês de xxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxxxxxx, em repartição competente, designada para lavrar o presente, atendendo ao despacho exarado no Processo Administrativo n.º 7671/2019, compareceram, de um lado como **CONTRATANTE**, o Município de São José do Vale do Rio Preto, Ente de direito público interno, com sede à Rua Cel. Francisco Limongi, 159, Centro, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.001.836/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Gilberto Martins Esteves**, brasileiro, contabilista, portador da CRC/RJ n.º 077/62/0-8, e do CPF n.º 920.134.577-15, residente e domiciliado à Rua Alberto Martins Esteves, nº 33, Novo Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP: 25.780-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, localizada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada pelo Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), casado (a), xxxxxx, portadora da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxx, expedida pelo XXXXXX, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxx, para celebração do presente Contrato, dentro das seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste contrato, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, ABRANGENDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, LOCALIZAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE VEÍCULOS, MONITORAMENTO 24 HORAS PELO SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL (GPS), ININTERRUPTAMENTE E O DISPOSITIVO EMERGENCIAL POPULARMENTE CONHECIDO COMO "BOTÃO DO PÂNICO" PARA CONTROLE E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ**, para fornecimento pela **DETENTORA** nos moldes dos anexos I, II, III, IV, V, e VI **do pregão nº xx/2020**, ao Município de São Jose do Vale do Rio Preto, conforme especificações, quantitativos, marcas e valores especificados abaixo.

1.2. Discriminação do objeto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marc a	Preço Unit. Máximo	Total Preço Máximo
X	X	X	XXX	X	XXXX	XXXX
X	X	X	XXX	X	XXXX	XXXX
X	X	X	XXX	X	XXXX	XXXX
(Valores expressos em Reais)					Total Máximo Geral:	R\$ XXXX

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

2.1 O serviço ora contratado deverá ser prestado pelo prazo de 12 (doze) meses, após a assinatura do presente contrato, iniciando-se em XX de XXXXXXXX de XXX e findando-se em XX de XXXXXXXX de XXXX. Podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8666/93 e suas atualizações, tendo seu valor reajustado pelo Índice do IGP-M – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre as partes, acumulado no período, sem prejuízo da aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro.

CLAUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - A solicitação dos serviços deste contrato será solicitado pelas Secretarias de Saúde, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Gabinete do Prefeito de acordo com a cláusula 4.6 deste contrato e deverão obedecer aos prazos e condições elencados, conforme o Edital, Anexos e bem como o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATIVIDADES E CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

4.1 A Prestação de serviços de GPS, deverão estar de acordo com o objeto moldes dos anexos I, II, III, VI, V e VI.

4.2 Prestar os serviços contratados com presteza, assiduidade e exatidão, executando-os da maneira mais rápida e econômica possível, sem desrespeitar, entretanto, as determinações legais aplicáveis à espécie.

4.3 Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes e as estabelecidas no Anexo IV do Termo de Referência do Pregão xxx/2020.

4.4 A Contratada compromete-se a prestar os serviços objeto desta licitação, com todos os equipamentos necessários e próprios, mencionados acima.

4.5 A Contratada responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.

4.6 Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com as solicitações da Prefeitura, através das Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Gabinete do Prefeito, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.

4.7 Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão se comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

4.8 Os funcionários determinados pela Contratada para a prestação dos serviços objeto do presente certame deverão preencher os seguintes requisitos:

4.9 Comparecer ao trabalho, trajando uniforme completo e adequado ao desempenho das atividades, assim como todos os equipamentos de EPIs necessários a execução dos mesmos;

4.10 Ser pontual no atendimento às programações agendadas pela CONTRATANTE e manter a urbanidade no trato com os usuários.



4.11 Serviços que foram executados não satisfatoriamente lavrar-se-á um termo de recusa, no qual se consignaram desconformidades com o objeto descrito nos itens 1.1 e 1.2 deste Contrato e moldes dos anexos I, II, III, VI, V E VI.

4.12 O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA PAGAMENTO:

5.1- O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento;

5.2- Para processar-se o pagamento, o CONTRATADO deverá dar entrada no Protocolo Geral, do Município munido da documentação necessária, inclusive da Nota de Empenho;

5.2.1- Para atestar o recebimento definitivo dos materiais entregues, a Secretaria solicitante terá o prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;

5.2.2- A Secretaria não poderá receber os materiais diferentes daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato, incluindo a marca e especificações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

6.1 Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ XXXXXXXXX, sendo os valores unitários os descritos na cláusula 1.2;

6.2 Neste valor deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO:

7.1. A avaliação da qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços realizados será realizada pelas Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Gabinete do Prefeito, por ocasião do atendimento, realização e fornecimento dos serviços realizados.

7.1.2 A fiscalização da contratação será exercida pelas Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Gabinete do Prefeito, através dos Fiscais deste contrato, conforme informados abaixo:

Secretaria de Saúde - Nome: Jeferson Gomes Machado, **Matricula:** 3374.

Secretaria de Meio Ambiente XXXXXXXX

Secretaria de Educação XXXXXXXX

Gabinete do Prefeito XXXXXXXX

7.2. A avaliação da qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços entregues não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade dos mesmos entregues fora dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações técnicas diferentes dos produtos ofertados.

7.3. A ausência de qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços entregues ensejará em suspensão do pagamento, podendo haver rescisão contratual, conforme análise dos fiscais de contrato informados na cláusula 7.1.2.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE E DO CONTRATADO:

8.1 DO CONTRATANTE:

8.1.1 Fiscalizar a execução do contrato através das Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Gabinete do Prefeito e fiscais nomeados.

8.1.2 Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização dos serviços realizados e atestar a conclusão dos mesmos.



8.1.3 Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais correspondentes às realizações dos serviços para pagamento aceitas pela fiscalização da contratante.

8.1.4 Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.2 DA CONTRATADA:

8.2.1. Executar os serviços de acordo com as especificações deste edital e seus anexos;

8.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

8.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato.

8.2.5. Cumprir os prazos previstos neste presente termo ou outros que venham a ser fixados pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.2.6. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

8.2.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

8.2.8. Executar os serviços mediante emprego e mão-de-obra especializada, qualificada, treinada e em número suficiente para atender as especificações e prazos estabelecidos para a prestação dos serviços.

8.2.9. Executar os serviços com alta qualidade e nível técnico, observando as normas especiais e legislação em vigor para serviços desta natureza.

8.2.10. Garantir que os serviços a serem desenvolvidos serão apropriados, totais, completos e suficientes para obtenção das finalidades previstas, respeitada a adequada autonomia para o alcance de tais objetivos.

8.2.11. Guardar absoluto sigilo sobre toda e quaisquer informações a que tenha acesso em razão da prestação de serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se ainda pelo sigilo a ser observado por seus funcionários e prepostos em relação ao mesmo.

8.2.12. Fornecer todo o material necessário para o funcionamento pleno do serviço de monitoramento, quer seja, a localização GPS, botão do pânico, imobilizador do veículo, alarme/sirene, etc.

8.2.13. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.14. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.2.15. Executar os serviços dentro dos melhores padrões e normas atualizadas de qualidade e com o necessário rigor técnico que a natureza da prestação de serviços requer;

8.2.16. Deverá estar devidamente em dia com todas as obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas, devendo apresentar as certidões que comprovem esta regularidade;

8.2.17. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes;

8.2.18. Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;

8.2.19. A execução dos serviços será da inteira responsabilidade única e exclusivamente da Contratada;

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta das Reservas Orçamentárias:



01/2020 – PROJETO/ATIVIDADE: 2.034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE – ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0004 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **14/2020** – PROJETO/ATIVIDADE: 2.035 MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0007 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA e **13/2020** – PROJETO/ATIVIDADE: 2.044 MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL – ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0002 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 O presente contrato terá a vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração ser prorrogados até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A rescisão contratual poderá ser:

11.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

11.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

11.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES:

12.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

12.1.1 Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;

12.1.2 Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

12.1.3 Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

12.1.4 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

12.1.5 Pelo cancelamento do presente contrato por culpa da **CONTRATADA**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;

12.1.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

12.1.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

12.3 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

12.3.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a **CONTRATADA** ao processo judicial de execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente.

13.2 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

São José do Vale do Rio Preto, xx de xxxxxxxx de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXX



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____.

.....,
inscrita no CNPJ no , por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr.(a.) , portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF no ,
DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na
presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº
123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os
envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas
que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei
Federal Complementar n.º 123/2006.

____/____/____
